



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**  
**Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado**  
**GAECO**

31

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL**  
**( TRIBUNAL DO JÚRI) DA COMARCA DA CAPITAL – RIO DE JANEIRO/RJ**

**IP nº 787/2010 (Divisão de Homicídios)**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,**  
por intermédio dos Promotores de Justiça infra firmados, no exercício de suas  
atribuições legais, vem oferecer

**DENÚNCIA**

contra:

**CARLOS ARI RIBEIRO, vulgo "CARLÃO",** brasileiro, policial militar R.G. 73.206, natural do Estado do Rio de Janeiro, filho de Ary Penha Ribeiro e Maria Cecília Ribeiro, nascido em 11.04.1976, portador do R. G. nº 010.206.771-7 IFP/RJ e do CPF nº 73.996.277-97, **atualmente custodiado à disposição da Justiça,**

pela prática das condutas delituosas a seguir descritas:

**I.** No dia 13 de maio de 2010, por volta das 23 horas, na área de abrangência da ERB Nextel RJ389RJ.3891 (Estação Cosmos/Loteamento Vila Santa Luzia, Paciência, azimuth 80°)<sup>1</sup>, nesta cidade, o denunciado **CARLOS ARI RIBEIRO, vulgo "CARLÃO",** de forma livre e consciente, em perfeita comunhão de ações e desígnios com comparsas não plenamente identificados, com vontade de matar, efetuou disparos de arma de fogo contra **Jadir Jeronymo Junior, vulgo "JJ", "Negão" ou "Gorilão",** contra **Denílson José dos Santos, vulgo "Ninão" ou "Bochechudo",** e contra **Leandro Soares Matias, vulgo "Léo",** causando-lhes, respectivamente, as lesões descritas nos autos de exame cadavérico de fls.

<sup>1</sup> fl. 38 do apenso sigiloso.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**  
**Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado**  
**GAECO**

92/93, 94 e 95/96 do inquérito policial que instrui a presente – lesões essas as quais, por sua natureza e sede, foram a causa eficiente de suas mortes.

Os crimes de homicídio perpetrados contra **Jadir Jeronymo Junior, vulgo "JJ", "Negão" ou "Gorilão"**, e **Denílson José dos Santos, vulgo "Ninão" ou "Bochechudo"**, tiveram motivação torpe, consubstanciando punição ao fato de haverem tais vítimas caído em desgraça junto à cúpula da organização criminosa por todos integrada, a milícia alcunhada "Liga da Justiça". Por sua vez, o homicídio da vítima **Leandro Soares Matias, vulgo "Léo"**, foi praticado para assegurar a ocultação e a impunidade dos assassinatos das duas outras vítimas, haja vista que se encontrava na companhia delas por ocasião de seu encontro fatídico com o denunciado.

Outrossim, os delitos foram praticados à traição, havendo o denunciado atraído as vítimas – de quem era comparsa e com quem mantinha relações amistosas até aquela data – para o local onde seriam fria e inopinadamente executadas, sob o falso pretexto de que precisava de seu auxílio para a realização de empreitada criminosa a ser levada a cabo em local próximo.

**II.** Na mesma data, após a prática dos crimes acima descritos, na Rua Framboesa, próximo ao nº 21, Cosmos, nesta cidade, o denunciado **CARLOS ARI RIBEIRO, vulgo "CARLÃO"**, de forma livre e consciente, destruiu, parcialmente, os cadáveres de **Jadir Jeronymo Junior, vulgo "JJ", "Negão" ou "Gorilão"**, **Denílson José dos Santos, vulgo "Ninão" ou "Bochechudo"**, e **Leandro Soares Matias, vulgo "Léo"**, ao atear fogo no veículo *Fiat Siena* em cujo interior as vítimas foram alvejadas e jaziam mortas, a fim de dificultar sua localização e identificação e, por via de consequência, a responsabilização penal do homicida. A destruição foi de tal monta que somente por meio da realização de exames de DNA foi possível aferir-se a identidade dos cadáveres carbonizados.

Assim agindo, encontra-se o denunciado **CARLOS ARI RIBEIRO, vulgo "CARLÃO"**, incurso nas penas do **artigo 121, §2º, incisos I e IV**, por duas vezes, nas do **artigo 121, §2º, incisos IV e V**, e, finalmente, nas



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**  
**Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado**  
**GAECO**

**do artigo 211, c/c o artigo 61, II, "d", segunda figura, por três vezes, tudo na forma do artigo 69, todos do Código Penal.**

Isto posto, requer o Ministério Público o recebimento da presente, a citação do denunciado para responder à acusação (art. 406 CPP) e para se ver processar perante esse Juízo, a ulterior pronúncia do réu e, a final, mediante submissão a julgamento perante o E.Tribunal do Júri, sua cabal condenação.

Requer ainda o *Parquet* a notificação/requisição das seguintes pessoas, as quais deverão comparecer perante esse Juízo a fim de depor sobre os fatos aqui narrados:

- 1. Luciano José dos Santos** – fl. 16;
- 2. Patricia Alves de Moraes dos Santos** – fls. 20 e 74;
- 3. Nilvete dos Santos Soares Silva** – fl. 23;
- 4. Jorge Matias** – fl. 25;
- 5. Sandra Rosa Matias** – fl. 26;
- 6. Yasmin Galian Guarabyra** – PCERJ, fls. 161/164 dos autos principais e fls. 43/44 do apenso;
- 7. Fábio Barucke** – delegado de polícia.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2011.

  
**CLAUDIO VARELA**  
**PROMOTOR DE JUSTIÇA**  
**GAECO**

  
**DÉCIO ALONSO GOMES**  
**PROMOTOR DE JUSTIÇA**  
**GAECO**

**MARCUS VINICIUS C. M. LEITE**  
**PROMOTOR DE JUSTIÇA**  
**GAECO**

  
**FABIO MIGUEL DE OLIVEIRA**  
**PROMOTOR DE JUSTIÇA**  
**GAECO**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**  
**Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado**  
**GAECO**

**IP nº 787/2010 (Divisão de Homicídios)**

**PROMOÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**MERITÍSSIMO JUIZ**

1. Denúncia em separado, em três laudas digitadas, ressaltando-se que este ato não importa arquivamento implícito, objetivo ou subjetivo, podendo o Ministério Público, a qualquer tempo, aditá-la, se assim reputar necessário;

2. Requer o Ministério Público:

- a) a comunicação da deflagração da presente ação penal contra o denunciado ao IFP/RJ;
- b) a vinda aos autos da FAC e da pesquisa SIDIS relativas ao denunciado, atualizadas e esclarecidas;
- c) a extração de cópia integral dos autos e seu ulterior encaminhamento à CGU – Corregedoria-Geral Unificada, para a adoção das providências cabíveis em relação ao denunciado, policial militar, em seu âmbito de atribuições;
- d) a requisição, à autoridade policial, da mídia contendo a gravação das comunicações telefônicas judicialmente autorizadas e retratadas no apenso sigiloso;

3. Requer, por derradeiro, o *Parquet* a **DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA** do denunciado, uma vez que restam inelutavelmente presentes os requisitos autorizadores de sua segregação cautelar, à luz do que dispõe o artigo 312 do Código de Processo Penal.

1



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**  
**Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado**  
**GAECO**

Com efeito, restando certa não apenas a existência do crime, mas também sua autoria<sup>2</sup>, a custódia cautelar se faz, no caso concreto, imprescindível para:

▪ **GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA**

Poucos são os casos em que a necessidade da decretação da prisão preventiva para a garantia da ordem pública é tão patente como no que ora se examina.

Efetivamente, as vítimas **Jadir Jeronymo Junior, vulgo "JJ", "Negão" ou "Gorilão", Denílson José dos Santos, vulgo "Ninão" ou "Bochechudo", e Leandro Soares Matias, vulgo "Léo"**, que até então mantinham relação absolutamente amistosa e de comparsaria com o denunciado, foram por ele ardilosamente enganadas e atraídas até o local onde viriam a ser sumária e friamente executadas, o que denota toda a perfídia e a crueldade de seu perpetrador. Não fosse o suficiente, o denunciado ainda ateou fogo nos cadáveres de seus ex-companheiros de crime.

O artífice dos homicídios, o denunciado **CARLOS ARI RIBEIRO**, é policial militar, revelando-se absolutamente ultrajante que indivíduo que tem por ofício propiciar segurança e tranquilidade à população se incumba, justamente, do vilipêndio da paz social. Mais que isso, o denunciado é um dos mais virulentos e operantes assassinos da milícia "Liga da Justiça", malta que, como de notória sabença, é fonte da perpetração, com inigualáveis crueldade, frieza, insensibilidade e indiferença, de infrações penais as mais graves e ignóbeis, mediante a utilização de enorme arsenal bélico e da odiosa infiltração de seus agentes no seio do Poder Público, notadamente em órgãos ligados à

<sup>2</sup> Da análise dos documentos (notadamente os indicativos das ERBs em que funcionavam os telefones das vítimas e de **"CARLÃO"** a cada momento) e dos diálogos transcritos no apenso sigiloso se pode divisar, passo a passo, a estratégia perfidamente engendrada pelo denunciado para atrair seus comparsas até o local onde os trairia e executaria a sangue-frio, tornando indene de dúvidas a autoria dos delitos objeto do presente inquérito policial.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**  
**Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado**  
**GAECO**

Segurança Pública (como é o caso do próprio denunciado), em imensa extensão territorial na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro.

Saliente-se, nesse mister, que a liberdade do denunciado compromete, inexorável e inaceitavelmente, a ordem pública, cuja proteção não se preordena apenas a prevenir a reprodução de fatos criminosos, mas também a acautelar o meio social e a própria credibilidade da Justiça, à vista da gravidade (em concreto) do crime e de sua repercussão, que assim se apresentam como circunstâncias valoráveis e legitimadoras do deferimento, por parte do Estado, do tratamento processual justo ao criminoso. A proteção do escopo social do processo penal evidencia a instrumentalidade característica dos provimentos cautelares, já que, em liberdade, o criminoso certamente se mostrará apto a frustrar um de seus objetivos futuros, que é exatamente o restabelecimento da paz social a partir da imposição de resposta estatal – ainda que, de início, provisória – à altura da afronta perpetrada contra os bens jurídicos mais caros – e, portanto, penalmente tutelados – à comunidade.

Assim se pode afirmar, sem medo de errar, que a sociedade – e, especialmente, a comunidade subjugada pela milícia em questão – se encontra absolutamente exausta de constatar que os artífices de condutas de tal naipe não raro continuam a deambular livre e impunemente pelos locais em que praticam suas malfeitorias, constatação essa absolutamente perniciosa à integridade do corpo coletivo e à credibilidade por ele depositada na Justiça, o que demonstra que a ordem pública, severamente vilipendiada, somente será restaurada com a pronta decretação da prisão do indivíduo responsável pela infração penal *sub examine*.

▪ **CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL**

De outro tanto, é irresponsável o fato de que a decretação da prisão cautelar do denunciado é medida que se impõe por



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**  
**Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado**  
**GAECO**

conveniência da instrução criminal, vez que, se assim lhe for permitido, fatalmente irá ameaçar as testemunhas não-policiais arroladas na inicial acusatória (todas parentes das vítimas), ou, pior, atentar contra ou arrebatá-las suas vidas – bem jurídico em relação ao qual já houve por demonstrar rematado desprezo –, o que importará grandíssimo e irremediável prejuízo para a produção das provas em Juízo e, por via de consequência, para a consecução de sua imperiosa responsabilização penal.

Nesse mister, é de se alertar – ainda que seja de notória sabença – que é tática absolutamente cotidiana da organização criminosa integrada pelo denunciado a obliteração das vidas de pessoas cujo testemunho possam colocar em risco a ignominiosa existência da horda. Assim foi, por exemplo, com o assassinato das testemunhas **Leandro e Leonardo Baring** e com a chacina de quatro membros da família da testemunha **Vicente de Souza Junior** (incluindo seu pai, um senhor de 90 anos, cujo cadáver foi depois encontrado em um cemitério clandestino, algemado e com sinais de tortura). Isso demonstra, à saciedade e concretamente, que tais indivíduos – e, dentre eles, o denunciado **“CARLÃO”**, cuja função precípua no grupo é justamente a de matar – não medirão consequências para salvaguardar seus interesses escusos por meio da evasão à sua premente responsabilização penal, ainda que à custa de muito sangue, do tripúdio e do escárnio às Instituições legitimamente estabelecidas, o que mais do que justifica a decretação de sua custódia cautelar para a preservação não só da prova penal, mas dos próprios detentores das informações que a materializam.

▪ **ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL**

Por fim, a prisão do denunciado é fundamental para assegurar a aplicação da lei penal, sendo certo que, se assim lhe for permitido, decerto não hesitará em se esquivar à perscrutação da Justiça, o que torna cristalina e inegável a necessidade da segregação postulada no



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**  
**Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado**  
**GAECO**

presente caso concreto para a consecução daquele desiderato.

Nessa toada, vale salientar que, além de haver acabado de perder o cargo de policial militar por força da sentença proferida no processo nº 0187490-17-2010.8.19.0001 (doc. anexo), é fato conhecido, como repercutido em grandes veículos de comunicação (doc. anexo), com base em interceptações telefônicas judicialmente autorizadas no IP 54/09 (CORE), que o denunciado **CARLOS ARI RIBEIRO** é detentor de imenso patrimônio obtido por meios ilícitos (composto por carros de luxo, terrenos, motocicletas e até por uma lancha avaliada em R\$ 90.000,00), o que torna indene de dúvidas que ele possui todas as condições materiais para desaparecer por completo na clandestinidade, o que, à toda evidência, não se pode admitir.

**Tais razões consubstanciam substrato fático mais do que suficiente à decretação da imprescindível prisão preventiva do denunciado, nos precisos termos da lei de regência, cautela essa por que ora pugna o Ministério Público.**

Rio de Janeiro, 24 de março de 2011.

  
**CLAUDIO VARELA**  
**PROMOTOR DE JUSTIÇA**  
**GAECO**

**MARCUS VINICIUS C. M. LEITE**  
**PROMOTOR DE JUSTIÇA**  
**GAECO**

  
**DÉCIO ALONSO GOMES**  
**PROMOTOR DE JUSTIÇA**  
**GAECO**

  
**FABIO MIGUEL DE OLIVEIRA**  
**PROMOTOR DE JUSTIÇA**  
**GAECO**